

ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2025
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo - Camilo Martins - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jeferson Cardozo - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Fernando Krelling
Deputado Marcos da Rosa

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Critica com veemência a postura da parlamentar que desperdiça tempo discutindo a vestimenta alheia, enquanto o estado enfrenta problemas reais e urgentes. Refuta a importância do projeto de lei sobre roupas ao ironizar possíveis incisos absurdos, e reforça que elegância e seriedade estão no trabalho e não na aparência. Lembra que Santa Catarina sofre com secas, escolas sem climatização, filas para cirurgias, obras paradas e rodovias precárias - problemas que, afirma, merecem prioridade.

Cita o caso do Deputado Paulo Stuart Wright, cassado na ditadura sob a justificativa de trajar-se de forma inadequada, para argumentar que o debate sobre vestimentas dissimula pautas mais profundas. Valoriza sua própria trajetória, destacando a articulação para aprovação da lei que destina o ICMS com base em indicadores educacionais, considerada a melhor do país. Explica que o processo exigiu diálogo com prefeitos, deputados, conselhos, Ministério Público e secretarias, provando que o foco deve estar em políticas públicas eficazes.

Finaliza afirmando que seu trabalho está baseado em resultados e coerência, e não em aparências. *[Taquiografia: Mirela]*

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Informa que, na comissão de Constituição e Justiça, está sendo debatido um projeto que altera a letra do Hino de Santa Catarina. Ressalta que há problemas mais urgentes para serem resolvidos, como o último acidente grave ocorrido no Morro dos Cavalos. Cita que com a rodovia interditada, a solução encontrada foi desviar por uma estrada estadual, passando por Anitápolis, que não é pavimentada - assim como várias outras rodovias em Santa Catarina.

Afirma que a Casa Legislativa está debatendo inúmeros projetos sobre segurança nas escolas, um tema delicado que exige a atenção de todas as autoridades. Poderia citar várias outras questões que são importantes, que estão ou precisam ser debatidas nesta Casa para melhorar a realidade de Santa Catarina. No entanto, o tema em discussão é a mudança da letra do hino, com o argumento de que a maioria das pessoas não sabe cantá-lo.

O Hino de Santa Catarina é um dos poucos que exaltam a bravura do seu povo, o fim da escravidão e o novo tempo vivido pelos catarinenses, mais do que uma melodia de exaltação cívica, ele celebra a liberdade e a justiça social. Menciona trechos da canção e afirma que se trata de um hino abolicionista, o que não deve ser motivo de omissão ou hesitação, mas sim de orgulho. O hino

não romantiza o sofrimento: condena a opressão, exalta a libertação e ensina às novas gerações que a liberdade não é um presente, mas sim uma conquista.

Manifesta-se, dizendo que Santa Catarina deve se orgulhar de ter um hino que não apenas celebra vitórias, mas constrói consciência; que transforma a memória da dor em semente de justiça. Por isso, reafirma com convicção que manter o Hino de Santa Catarina é preservar uma lição de humanidade e reconhecer a importância de uma mensagem que ainda ecoa como esperança e compromisso: não há liberdade sem justiça, e não há justiça sem memória. *[Taquiografia: Jênifer]*

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) - Comunica que já existe um projeto para a construção dos túneis no Morro dos Cavalos desde 2007, que está sobrestado na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), aguardando a decisão sobre quem construirá, se a Arteris ou a CCR, respectivamente concessionárias dos trechos Norte e Sul da BR-101. Apresenta um histórico do projeto citado e destaca que a obra foi licitada em 2016 com prazo de entrega de 36 meses e um custo estimado na época de mais de R\$ 300 milhões. No entanto, comunica que o processo foi suspenso logo depois e cancelado pelo Tribunal de Contas da União, em 2017, por falta de recursos. Defende a reestruturação do projeto e a revisão contratual da concessionária Arteris, responsável pelo trecho. *[Taquiografia: Milyane]*

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Refuta a fala anterior, que exalta a autoria de um suposto "melhor projeto de lei do Brasil", e afirma que o verdadeiro destaque deveria ser dado ao que considera o pior projeto já aprovado na Assembleia Legislativa. Critica a utilização da estrutura institucional por parte da Bancada Feminista,

apontando que quatro órgãos da Casa estariam sendo coordenados de forma concentrada e utilizados para promoção pessoal e ideológica.

Acusa as parlamentares de realizarem caravanas financiadas pela Alesc para disseminar discursos de ataque político contra sua atuação, especialmente em eventos oficiais em que mencionam o nome do Presidente Julio Garcia como suposto apoiador de suas pautas.

Destaca o Projeto de Lei nº 1875/2019, de autoria da Bancada Feminina, como uma proposta desastrosa que teria impedido o atendimento de vítimas de estupro e pedofilia, ao restringir a atuação pericial a médicas legistas. Relembra que o projeto foi criticado por órgãos como o IML, IGP e Delegacias da Mulher, e mesmo assim teve seu veto derrubado em Plenário por ampla maioria, restando apenas dois votos contrários.

Alega que, por dois anos, adolescentes abusadas ficaram sem atendimento adequado, resultado direto da legislação proposta. Denuncia que instituições de segurança recorreram à Assembleia Legislativa para reverter os efeitos negativos da norma, mas que a correção só ocorreu por meio de outro parlamentar, posteriormente, sem qualquer repercussão na mídia.

Adverte que o feminismo institucionalizado tem sido ineficiente e hipócrita, e acusa as parlamentares feministas de promover pautas ideológicas que, em vez de protegerem, prejudicam as mulheres mais vulneráveis. Reitera que sua atuação se dá em defesa das mulheres conservadoras, e cobra um pedido público de desculpas às vítimas afetadas pela norma.
[Taquiografia: Mirela]

Neste momento, o sr. Presidente Marcos da Rosa concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Faz requerimento verbal à Mesa, solicitando um levantamento completo do custo da estrutura usada por duas deputadas para fazer o que foi relatado pela terceira vez pela Deputada Ana Campagnolo.

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Presidente) - Menciona o registro do pedido verbal feito pelo Deputado Ivan Naatz, e o assunto será deliberado na Mesa Diretora.

Na sequência, o sr. Presidente Marcos da Rosa concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Sargento Lima.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Diz: "Anexa-se ao pedido do Deputado Ivan Naatz o meu pedido, que já existe formal, que não é verbal. Já foi encaminhado para a Presidência para que a gente possa levantar todos esses dados".

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Presidente) - "Registra também o reforço feito pelo Deputado Sargento Lima, aliás, já fez um requerimento formal e nós vamos deliberar também sobre esse assunto na Mesa Diretora". [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Informa sobre uma campanha que foi lançada no dia anterior, no estado, com o objetivo de realizar uma coleta de assinaturas para serem anexadas ao Projeto de Lei da Anistia, destinado aos presos pelos atos de oito de janeiro e que será encaminhado à Câmara dos Deputados, em Brasília. Lembra aos colegas parlamentares que, nas eleições de 2026, não serão apenas os candidatos que serão julgados e lembrados, mas também os partidos que representam. Solicita que a pauta seja colocada em votação e cobra uma posição dos partidos. Afirma que se omitir diante dessa situação é uma atitude covarde, mesquinha e pequena. [Taquígrafia: Meibel]

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Presidente) - Antes de suspender a sessão, o sr. Presidente registra voto de congratulações pela passagem do aniversário do pastor Rholyston da Rosa, da cidade de Xanxerê.

Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão para que o Prefeito de Bela Vista do Toldo, sr. Francisco Carlos Schiessl, possa fazer uso da tribuna e divulgar a festa de comemoração

dos 31 anos de emancipação político-administrativa da cidade, que ocorrerá nos dias 26 e 27 de abril.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0031/2024.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0349/2023, de autoria do Deputado Maurício Peixer, que revoga o inciso XI do art. 3º da Lei n. 16.583, de 2015, que "Dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos no Estado de Santa Catarina", para extinguir a obrigatoriedade de apresentação de Certidão de Regularidade Técnica para o licenciamento de estabelecimentos que especifica.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0535/2024, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro "Dom Pedro I - 25/SC", de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina."

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0105/2025, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a denominação da Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d'Oeste para JCI - Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0094/2025, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca dos servidores públicos estaduais em exercício no prédio central da referida Secretaria, bem como nos prédios das Coordenadorias Regionais de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0107/2025, de autoria do Deputado Altair Silva, manifestando ao presidente da Agência Nacional de Telecomunicações e ao diretor Institucional da TIM S.A, para a instalação de uma antena transmissora de telefonia móvel no distrito de Arnópolis, localizado no Município de Alfredo Wagner.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0108/2025, de autoria do Deputado Altair Silva, manifestando ao presidente da Agência Nacional de Telecomunicações e ao diretor Institucional da TIM S.A apelo para a instalação de antena transmissora de telefonia móvel no distrito de Barra Clara, localizado Município de Angelina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0109/2025, de autoria do Deputado Altair Silva, manifestando ao presidente da Agência Nacional de Telecomunicações e ao diretor Institucional da TIM S.A apelo para a instalação de antena transmissora de telefonia móvel no distrito de Passo Manso, localizado no Município de Taió.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0110/2025, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, manifestando ao Prefeito de Florianópolis apelo para que a população seja informada acerca dos atos de vandalismo com símbolos nazistas na Creche do Núcleo de Educação Infantil Municipal Diamantina Bertolina da Conceição, que seja feita uma investigação e prevenção com a proteção das crianças e do combate à intolerância.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0111/2025, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando ao Policial Militar Cabo Rosenberg Pereira aplausos por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0112/2025, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães, manifestando ao Cabo da Polícia Militar Roberto Moraes Teixeira, aplausos por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0113/2025, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães, manifestando ao 3º Sargento da Polícia Militar Fernando da Veiga, aplausos por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0114/2025, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães, manifestando ao Soldado da Polícia Militar Bruno da Silveira, aplausos por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0115/2025, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães, manifestando ao 3º Sargento da Polícia Militar Israel Amilton dos Santos, aplausos por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0116/2025, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães, manifestando ao Cabo da Polícia Militar Rodrigo Luiz da Silva de Souza, aplausos por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0117/2025, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães, manifestando ao Cabo da Polícia Militar Jefferson Sagaz Silva, aplausos por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0118/2025, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães, manifestando ao 3º Sargento da Polícia Militar Ricardo Silvy, aplausos por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0119/2025, de autoria da Bancada do Sul, manifestando ao Presidente da República, apelo para que seja tomadas providências imediatas em razão do trágico acidente ocorrido no trecho da BR-101, no Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, e realização de audiência com a Bancada do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0120/2025, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães, manifestando ao Ministro dos Transportes, apelo para a urgência na construção do túnel no Morro dos Cavalos, localizado na Rodovia BR-101, Município de Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1161/2025, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, solicitando ao Diretor Presidente da Celesc informações acerca das reclamações quanto à implantação do novo sistema digital de atendimento.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0351/2025, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães; 0352/2025, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera; 0353/2025 e 0354/2025, de autoria da Deputada Paulinha.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos números: 1124 a 1141 e 1143 a 1159.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [*Taquigrafia: Cinthia*]

Neste momento, o sr. Presidente Deputado Julio Garcia diz: "A Presidência comunica que realizou na manhã de hoje reunião com os senhores líderes partidários, no sentido de agilizar a tramitação de diversos projetos de lei. E que, em função da reunião, ficou decidido que na próxima terça-feira

pela manhã teremos reunião conjunta da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público, para deliberação dos projetos.

Ainda ficou estabelecido no calendário que os pedidos de vistas que, porventura, forem solicitados na reunião, terão prazo de 24 horas, vistas coletivas, para que sejam reapreciados na reunião conjunta das comissões no dia seguinte, quarta-feira, e à tarde teremos votação dos projetos deliberados em Plenário. Assim, conclamamos a todos os líderes e aos senhores deputados que na terça-feira e quarta-feira, estejam todos presentes, pois temos projetos para votar de relevância e que precisamos ter quórum qualificado suficiente para deliberação".
[Taquígrafa: Sílvia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Comenta sobre os pronunciamentos na CCJ que ouviu onde se discute um novo Hino para Santa Catarina e acredita que a Casa Legislativa possa destacar-se promovendo esse debate. Faz críticas ao hino atual e diz que não representa o Estado. Procede no telão do Plenário apresentação de imagens de outros estados os quais, também debatem a modificação do seu hino.

Lembra que não há impedimento para a tramitação em relação à modificação do hino e explica todo o processo interno entre as Comissões para que seja levado à votação.

Posiciona-se contrário a discussão de mérito realizada na CCJ e reforça que, não cabe a esta comissão este tipo de discussão. Pede que os deputados atendam ao seu pedido e levem para o debate a PEC sem discutir a questão do mérito na CCJ.

Fala que não é uma bobagem ou perda de tempo a discussão e que não pode ser chamado de falácia. Solicita a quem o critica, que procure ler mais sobre o assunto.

Deputado Marquito (Aparteante) - Acredita que os símbolos não são retratos do momento atual e que eles ultrapassam o tempo. E reforça que também deseja debater a questão do mérito nas comissões que atua. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Dr. Vicente Caropreso.

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO - Expressa insatisfação com a interferência de corporações na destinação de emendas parlamentares em Santa Catarina, mencionando que tem emendas represadas desde 2021 e 2022. Destaca que isso fere a prerrogativa dos deputados de indicar as instituições beneficiárias das emendas individuais. Critica também o fato de uma emenda recente, destinada a um grupo de resgates em situações extremas, ter sido recusada, o Grupo Gerar, de Jaraguá do Sul, apesar da relevância do trabalho da entidade. Além disso, questiona a exclusão de clubes de tiro, como os de Jaraguá do Sul e Blumenau, do Programa de Incentivo à Cultura (PIC), mesmo sendo parte importante da cultura e tradição das comunidades locais. Considera inaceitável o parecer técnico que negou apoio cultural, propondo em vez disso uma obra para a Fesporte. Finaliza alertando os colegas sobre a necessidade de defender suas prerrogativas e respeitar as manifestações culturais regionais.

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]